

ANÁLISE EPIDEMIOLÓGICA DO VÍRUS HIV NA POPULAÇÃO GESTANTE NO BRASIL ODS 3

Cristóvão Marcondes de Castro Rodrigues (Universidade de Taubaté)
Lídia Leme Justino Drago (Universidade de Taubaté)
Lucas Neves Dutra Novaes Maia (Universidade de Taubaté)
Rafaella Antunes dos Santos (Universidade de Taubaté)
Letícia Alessandra Santiago (Universidade de Taubaté)

A infecção pelo HIV em gestantes, parturientes e puérperas representa um desafio significativo para a saúde pública, principalmente pelo risco de transmissão vertical do vírus, que pode ocorrer durante a gestação, o parto ou a amamentação. A prevenção eficaz da transmissão vertical é essencial para reduzir a incidência de HIV em crianças e alcançar metas globais de eliminação dessa transmissão. Este estudo utilizou dados de sistemas de informação em saúde, como o Sistema de Informação de Agravos de Notificação (SINAN), o Sistema de Informações Sobre Nascidos Vivos (SINASC) e o Sistema de Controle Logístico de Medicamentos (SICLOM). Esses sistemas registram notificações de casos de HIV em gestantes, informações sobre nascimentos e dispensação de medicamentos antirretrovirais (TARV). A análise abrangeu o período de janeiro de 2020 a junho de 2023, destacando a taxa de detecção de HIV em gestantes, o uso de TARV durante o pré-natal e a realização de pré-natal pelas gestantes diagnosticadas. Entre janeiro de 2020 e junho de 2023, foram notificados 158.429 casos de gestantes vivendo com HIV no Brasil, resultando em uma taxa de detecção de 31 gestantes por 1.000 nascidos vivos. Essa taxa se manteve estável desde 2018, sem grandes variações durante a pandemia de COVID-19. Em 2022, observou-se um predomínio de casos entre gestantes pardas (52,1%), seguidas por brancas (28,5%) e pretas (14%). A maioria das gestantes notificadas já conhecia sua sorologia positiva antes do pré-natal, representando quase 60% dos casos nesse ano. Embora a realização de pré-natal tenha sido elevada, em torno de 90%, o uso de TARV durante esse período foi relatado em apenas 66,8% dos casos em 2022. A estabilidade na taxa de detecção de HIV em gestantes indica uma necessidade contínua de estratégias eficazes de prevenção e diagnóstico precoce. A disparidade racial, com maior incidência entre gestantes pardas e pretas, ressalta a importância de políticas públicas que reduzam desigualdades no acesso a serviços de saúde. A elevada taxa de conhecimento prévio da sorologia positiva sugere que muitas mulheres estavam cientes de sua condição, permitindo intervenções precoces. No entanto, a baixa adesão à TARV durante o pré-natal é preocupante, pois o uso adequado de antirretrovirais é crucial para prevenir transmissão vertical do HIV. Este estudo evidencia desafios persistentes na prevenção da transmissão vertical do HIV no Brasil. Apesar da estabilidade na taxa de detecção, a baixa adesão à TARV e as disparidades raciais apontam para a necessidade de reforçar as estratégias de prevenção e tratamento. É essencial implementar políticas públicas que promovam o acesso equitativo aos serviços de saúde, reduzam o estigma associado ao HIV e garantam suporte adequado às gestantes vivendo com o vírus. Investir em educação,

sensibilização e fortalecimento das redes de apoio pode contribuir significativamente para a eliminação da transmissão vertical do HIV e melhorar a qualidade de vida dessas mulheres e de seus filhos.

Palavras-chave: HIV; Gestantes; Transmissão vertical; Saúde pública.